

A CRISE QUE ASSUSTA OS POLÍTICOS

Romper com o governo? O PMDB nem pensa.

O PMDB não pretende romper com o governo Sarney — disse ontem à noite o senador José Richa (PMDB-PR), após encontro com os senadores paulistas Mário Covas e Severo Gomes. Richa, que foi recebido ainda ontem pelo presidente Sarney, desmentiu a declaração do senador Affonso Camargo de que o partido daria um ultimato a Sarney: ou o governo cumpre o programa do PMDB ou o PMDB rompe com o governo.

Mas ontem, parte da bancada do PMDB de São Paulo, composta por 22 deputados e um senador, esteve pela manhã com Sarney para "discutir assuntos mais prementes", conforme informou o deputado Roberto Rollemberg, que falou pelo grupo. Segundo ele, "o País está numa situação difícil e medidas energéticas precisam ser tomadas e é isso que a bancada de São Paulo deseja".

O parlamentar disse que o grupo estava ali também para levar a solidariedade da bancada ao presidente na tomada de posições energéticas na solução dos problemas, como na negociação da dívida externa da forma mais dura que for possível, além de levar a solidariedade do governador de São Paulo para que, num bloco, em nome da população do Estado, se dê força ao presidente para enfrentar essa crise que aí está!

O deputado disse que agora, após a conversa com o presidente, "o grupo vai acompanhar as medidas que foram tomadas na setor agrícola e as próximas que virão, para ver se serão efetivamente energéticas como é do interesse da população do País".

No jantar de hoje à noite da bancada federal do PMDB paulista, com o governador eleito Orestes Quércia, na residência do deputado Airton Sandoval, o deputado Paulo Zorzur vai propor que a representação paulista no Congresso tome uma posição definitiva sobre a substituição de toda a cúpula da área econômica do governo. Zorzur iniciou ontem uma série de contatos com seus colegas de bancada mostrando a necessidade da substituição, argumentando que a crise econômica tende a se agravar mais ainda com reflexos danosos para o partido. E essa substituição causaria traumas, uma vez que ela praticamente foi iniciada com o afastamento de Fernão Bracher da presidência do Banco Central.

Apesar disso, cresce um movimento de descontentamento dentro da bancada federal do PMDB de São Paulo — e também de outras — diante do agravamento da crise econômica e com as demissões que já estão ocorrendo em alguns setores industriais, principalmente nas cidades paulistas de maior densidade de trabalhadores, justamente onde o partido tem interesse em vencer as eleições municipais para formar uma boa base para a sucessão estadual em 1990.

Paulo Zorzur é de opinião que se a crise não for debelada, o PMDB poderá sofrer seus reflexos não apenas na campanha municipal, mas muito antes, através de manifestações de descontentamento de suas bases, o que viria a favorecer os partidos que hoje gravitam na oposição.

Fórmulas

Também na tentativa de combater a crise econômica, diversos ministros estão levando ao presidente Sarney uma fórmula: incentivar a atividade política do governo para ganhar tempo. O ministro da Administração, Aluízio Alves, é um dos defensores. Ao invés de ficar lamentando e buscando culpados para os percalços do Plano Cruzado, ele entende que a Nova República deve passar da defesa ao ataque.

As dificuldades na economia estão aí — aponta o comentarista Carlos Chagas — tendo o Palácio do Planalto chegado à conclusão de que não se resolvem por passes de mágica, pacotes ou sucedâneos. A pertinência, o esforço e o sacrifício, através de medidas tomadas de maneira natural, constituem a solução para evitar a inflação galopante, fazer cair as taxas de juros, normalizar o abastecimento e manter o crescimento econômico. Essa tarefa cabe aos integrantes do comando econômico-financeiro, e já foi iniciada, conforme o raciocínio do ministro. Só que os resultados não virão de imediato, mas com o tempo. Assim, torna-se necessário voltar a iniciativa também para outros objetivos. No caso, políticos, aproveitando-se do clima dos recém-iniciados trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Para Aluízio Alves, que não está sozinho na sugestão, a hora é de o governo participar das mais importantes definições institucionais em pauta. Optar, por exemplo, pelo presidencialismo, o parlamentarismo ou um sistema misto. Ver resolvido o problema da duração dos mandatos presidenciais. Sustentar, para a ordem econômica, uma linha de prestígio à livre iniciativa, amarrando em contrapartida os espaços de ação do Estado. Opinar sobre o papel das Forças Armadas na defesa da ordem interna. E assim por diante.

A crise econômica, aliás, levou ontem o governador eleito do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, a alertar que os riscos de uma radicalização no País poderiam levar a um retrocesso no plano institucional — "com uma saída que certamente não seria pela esquerda". Simon lembrou inclusive a época que antecedeu a queda de Salvador Alende, no Chile, com empresários e trabalhadores dificultando a ação governamental para a superação da crise. "No Brasil, a estabilidade do governo depende das novas medidas econômicas, que estariam sendo analisadas pelo presidente Sarney e pelo ministro Funaro", disse Simon.

Consenso

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, é de opinião que os problemas brasileiros são estruturais e não dependem



Sarney, obtendo o apoio da bancada do PFL (ao centro), que se reuniu ontem, e a colaboração de Fernando Henrique.

Mesmo aborrecido com as ameaças de rebelião depois da indicação de Carlos Sant'Anna como líder do governo e da maioria na Câmara, o presidente Sarney não está preocupado. Tanto que já estaria articulando um nome para exercer a mesma função no Senado. Sarney sabe que vai ser ainda mais criticado por isso — e a primeira crítica ele recebeu antecipadamente ontem. "No Senado, mando eu", reagiu Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), depois de uma audiência no Palácio do Planalto. "Essa figura de líder do governo no Senado é desnecessária porque existe harmonia e o PMDB, por si só, já é maioria".

Isso não significa, porém, que Fernando Henrique não concorde com a escolha de Sant'Anna, que ele atribui a um "trabalho de engenharia política" do presidente para atuar na Câmara, onde o processo digestivo sobre determinadas matérias do governo é mais moroso. "O que o senador paulista não admite é que Sant'Anna atuará como líder formal da maioria na Constituinte: 'O regimento não irá incluir esse artifício'".

E aí, justamente, começa o impasse. Alguns peemedebistas relutam contra a figura do líder no Senado, mas outros alertam que, caso Sarney desista da ideia, estaria dando à bancada do PMDB na Câmara uma expressão declarada de desconfiar. "É uma questão de coerência", ponderam. A menos que Fernando Henrique seja escolhido para o cargo, acumulando a função de líder do PMDB no Se-

Líder do governo

Sarney pensa num nome para o Senado. Cardoso não gosta.

Como tal, aliás, ele já vem atuando com desenvoltura na Assembleia, com o respaldo do presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães. "E ele vem se saindo muito bem", confirma Ulysses. Com a escolha de Sant'Anna para liderar a maioria, o deputado Amaral Neto, líder do PDS, descobriu ontem que será automaticamente líder também da minoria — e acabou provocando risos no plenário. Como ser líder de bancadas tão heterogêneas como PDS, PT e PDT? Essa questão foi levada pelo próprio Amaral a Ulysses, que preferiu empurrar o problema para frente: disse ele que, até aquele momento, não havia sido formalizada perante a Mesa a designação de um líder da minoria.

A principal discussão de ontem na Câmara, contudo, era sobre a missão do novo líder da maioria e do governo na Casa. E o próprio Sant'Anna se encarregou de dar as primeiras explicações. Segundo ele, sua tarefa será de formar um bloco "suficientemente elástico" para atravessar

períodos de maior ou menor dificuldade, mantendo a estabilidade política. Com esse argumento, Sant'Anna tentou rebater as críticas sobre o vazio regimental do cargo que passou a ocupar.

Esse bloco da maioria, na opinião de Sant'Anna tornou-se particularmente importante para o governo. "A crise econômica deverá se alastrar e, então, será necessário segurar politicamente para garantir a estabilidade", disse. Além disso, Sant'Anna explica que a comunicação entre o governo e os deputados será uma via de duas mãos: ele levará ao presidente as reivindicações e propostas da bancada; e dirá aos deputados sobre a visão do governo e os passos dos processos decisórios. Uma missão que Sant'Anna reconhece que fatalmente deverá chocar-se com a do líder do PMDB. Mas ele não espera conflito: "Já conversamos sobre a questão e estamos entendidos".

Apesar das críticas, a figura do líder da maioria na Câmara e no Senado não é nova. O próprio presidente do Senado, Humberto Lucena, lembrou ontem que, embora esteja em desuso há muito tempo, essas lideranças existiram — ele até foi líder da maioria no governo João Goulart por um curto período. E Lucena não acredita que a volta dessa figura, agora, poderá chocar-se com as funções do líder partidário, tanto que não rejeitaria se as pequenas agremiações escolhessem o líder da minoria.

Por enquanto, porém, a discussão é apenas em torno da escolha do líder da maioria no Senado. Se depender da vontade de

Ulysses, Fernando Henrique seria o escolhido. Ulysses já o designou relator do projeto de regimento provisório e, em seguida, relator do projeto permanente da Constituinte — prestígio suficiente para dificultar as pretensões do senador Mário Covas (PMDB-SP), que teve seu nome lembrado para líder do PMDB na Constituinte. Cargo que Covas aceitaria "honrosamente", segundo disse, depois que seu nome foi lembrado pelo senador José Richa.

Mas quais as vantagens e as atribuições de um líder? É interessante a liderança? Por que tanta disputa? A resposta vem de um líder, Gastone Righi, do PTB. Para ele, a principal vantagem de liderar um partido é o destaque político conseguido, o que leva o líder a ser, quase sempre, o nome mais requisitado do seu partido, a merecer destaque no noticiário político, o que facilita o desenvolvimento de uma carreira política. No entanto, destaca Gastone, o líder tem muitas responsabilidades, o que pode levar a uma queimação e, ao contrário do esperado, trazer o fim mais rápido da própria carreira.

Em meio a essas articulações, as críticas e as reações têm maior destaque. E o presidente Sarney se aborrece com isso, segundo revelou ontem uma fonte do Planalto — e até teria desabafado: "Todos esses parlamentares receberam cargos e, agora, na hora de pagar a conta, estão esbravejando. Se não concordam com a decisão, tudo bem, mas podem começar a devolver os cargos recebidos".



Luis Henrique: vitória sem maioria.

A movimentada eleição...

...e os candidatos com o atual líder.

A partir das 9 horas de hoje, a bancada do PMDB na Câmara voltará a se reunir para escolher seu líder entre os deputados Luis Henrique (SC) e Milton Reis (MG), em virtude de não terem nenhum dos candidatos obtido maioria de 130 votos no primeiro escrutínio realizado na noite de ontem, em reunião encerrada às 20h30, no auditório Nereu Ramos. Luis Henrique obteve 103 votos, Milton Reis (MG) 80 e João Herman (SP) 62, sendo o parlamentar paulista eliminado da segunda votação por força do regimento.

O resultado do primeiro escrutínio correspondeu à expectativa da bancada, em relação ao vencedor, e o número de votos obtidos por João Herman chegou a surpreender, tendo alguns parlamentares atribuído o resultado a sua participação no debate com os demais candidatos realizado pela manhã. O deputado Luis Henrique havia firmado um acordo com Herman, segundo o qual se não houvesse maioria na primeira votação o que obtivesse resultado inferior apoiaria o outro no segundo escrutínio. Eu não tenho dúvidas de que o acordo será mantido, afirmou Luis Henrique.

Mesmo assim, os dois parlamentares saíram da reunião para uma conversa conjunta, pois João Herman mostrou-se reticente em confirmar seu apoio ao deputado catarinense. Segundo seus assessores, Herman estaria aborrecido com a participação da cúpula do partido e do Palácio do Planalto tentando interferir na eleição do líder do partido

dos homens que governam o País. "Somos um país em desenvolvimento, sem poupança interna, cujos problemas só podem ser resolvidos a médio e curto prazos." E quanto às divisões internas no PMDB, afloradas na Constituinte, Ulysses justifica: "O partido não é uma bancada de direita voltar, mas tem personalidade e respeita a manifestação de discrepâncias que existem internamente, na busca do consenso".

Na opinião do senador José Richa

E o líder do PMDB?

Nenhum candidato obtve maioria. Hoje, o segundo turno.

na Câmara. "Eu tive 30% dos votos da bancada. Vamos conversar", disse Herman sobre o acordo antes firmado com Luis Henrique.

Luis Henrique deixou a Câmara certo de que hoje obterá os votos que faltaram para eleição do primeiro escrutínio, depois de uma reunião iniciada às 10 horas da manhã. O deputado mineiro Milton Reis obteve menos votos do que esperavam seus companheiros, entre eles o deputado paulista Roberto Cardoso Alves, para quem não haverá divisão da bancada nem sequelas da disputa pela liderança. Muitos parlamentares comentaram que Luis Henrique teve o apoio não declarado pelo presidente Ulysses Guimarães, e que teria sido decisivo para sua vitória.

O deputado catarinense foi o único dos candidatos que percorreu os Estados em campanha para a liderança da Câmara, mantendo contato com todos os parlamentares, e essa tática sempre apresenta bons resultados, segundo Cardoso Alves. Milton Reis possivelmente não herdou os votos que esperava da bancada

baiana com a retirada da candidatura de Carlos Sant'Anna, que por sua vez esperava contar com os votos da bancada mineira se não fosse antes indicado para líder do governo.

Sabatina
Pela manhã, houve "sabatina" com os três candidatos, demonstrando a insatisfação com a política econômica do governo e com a atuação do PMDB em relação ao problema, questionamentos sobre o alcance da soberania da Constituinte e sobre como funcionarão as lideranças partidárias e da maioria na Assembleia nas perguntas formuladas, ontem, pelos deputados peemedebistas, na reunião que começou com uma hora de atraso, às 10 horas, prolongando-se até às 14 horas.

A reunião foi presidida pelo líder Pimenta da Veiga e contou com a presença do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e do líder da maioria na Câmara, Carlos Sant'Anna. Os trabalhos começaram com uma exposição de 20 minutos de cada um dos candidatos, que, em seguida, se submeteram às indagações da bancada, mas não chegaram a empolgar os presentes.

O deputado Pimenta da Veiga instalou os trabalhos expondo as regras de funcionamento da reunião, e chamou um fotógrafo "uma homenagem à imprensa", para sortear a ordem dos oradores. O deputado Milton Reis foi o primeiro a falar, gastando a maior parte do tempo numa retrospectiva sobre as constituintes brasileiras e os momentos políticos em que foram elaboradas. O

deputado João Herman foi o segundo orador e desde o início deixou claro sua discordância com a escolha de um líder da maioria pelo presidente Sarney, afirmando que o líder da bancada "é a única oficialidade que conheço". O último a expor, o catarinense Luis Henrique, destacou dois pontos em sua fala: a irrenunciabilidade dos programas do PMDB e a responsabilidade dos que lutaram 20 anos pela democratização do País com a continuidade e a tarefa.

Foram 11 os deputados que formularam questões aos candidatos, durante dois minutos cada, as quais foram respondidas pelos três, a maioria relacionada com a questão econômica. "Será que o PMDB se entregou aos banqueiros?", perguntou a deputada baiana Abigail Feitosa.

Milton Reis respondeu ser imperativo o tabelamento dos juros e advertiu que a bancada peemedebista ficaria desmoralizada se não se posicionasse em relação ao problema perante o presidente Sarney. João Herman afirmou que são os segundos e terceiros escalões que "corroem a equipe econômica", mas enfatizou que os peemedebistas não devem sua eleição ao Plano Cruzado e sim à sua tradição de lutas. Luis Henrique foi mais breve e disse que a forma como o problema está sendo tratado é a antítese da luta do PMDB.

O deputado Fernando Coelho, do PMDB, pediu a convocação do ministro da Fazenda, de modo a que possa expor o problema e, o PMDB, apresentar soluções.

político, o novo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, desempenhou ontem sua primeira missão, encontrando-se com o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), para discutir a proposta de garantia de superpoderes à Constituinte para alterar a Constituição em vigor. Sant'Anna revelou depois que a reunião foi "positiva"; Maurílio, no entanto, disse que não houve avanço, mas que o diálogo já representou um compromisso de buscar um consenso.

Rebelião? O PFL pensa melhor e desiste.

A rebelião do PFL contra o governo federal, iniciada ontem pelo ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves — que acusou o governo de protelar decisões importantes para a correção do Plano Cruzado, visando apenas a vitória do PMDB nas eleições de novembro —, encontrou total apoio da bancada do partido na Câmara, que, reunida ontem à tarde, deu um voto de louvor ao ministro pela franqueza de suas declarações. Entretanto, para alguns parlamentares do partido, se houver um rompimento com o governo federal quem sairá perdendo será o próprio PFL. Esses pflistas justificam a ofensiva, mas preferem canalizá-la contra o PMDB, que seria o verdadeiro culpado pela derrocada do Cruzado. O presidente José Sarney, por seu lado, mesmo descontente com as acusações de Aureliano Chaves, lembrou que a solução está na coesão e na atuação conjunta dos partidos que integram a Aliança Democrática.

Defensor da tese de que o presidente Sarney não pode ficar prisioneiro do PMDB, que lhe dispensa apoio apenas limitado, o ministro da Educação, Jorge Bornhausen, disse que, se o PFL tiver paciência para esperar alguns meses, tomará o lugar do PMDB na firme e clara sustentação do governo José Sarney. Além do mais, sendo um partido nascido no oficialismo, se se distanciar dos postos que detém no governo, acabaria minguando suas forças.

"Se o PFL romper com o governo Sarney, fica com 40 dos 180 deputados", prevê José Jorge (PFL-PE). "Acredito é que iremos nos aproximar cada vez mais do governo, que não vai contar com o PMDB como estamos vendo. A tendência é que a Frente Liberal seja cada vez mais necessária a Sarney", disse o deputado.

"O PFL até o presente momento não tem feito oposição ao governo. O que quer deixar patente são suas diferenças ante o PMDB. Esta é nossa maior preocupação", ameniza o deputado Thomaz Nonô (PFL-AL). Entretanto, Alceny Guerra (PR) foi mais contundente: "O PFL vai romper com o governo. E questão de tempo. Se ficar com o governo, sua destruição é certa", afirmou, acrescentando que o rompimento ainda não ocorreu "por conta da exagerada afetividade", do partido ao presidente.

Para o ex-governador do Pará e ex-líder do PDS no Senado, deputado Aloisio Chaves (PFL-PA), "o PFL está manietado, por conta dos resultados das eleições do ano passado e esse imobilismo gera clima de desestímulo e desânimo no partido, que precisa se afirmar", diagnosticou. Aloisio Chaves reconhece que o quadro político é difícil para todos mas afirma que o "PMDB sempre viu Sarney como um corpo estranho que não pode rejeitar. O doutor Ulysses tem de encontrar terapêutica que impeça essa rejeição, que não beneficiaria o PMDB e geraria crise institucional. Não interessa ao PMDB esse clima de hostilidade, ainda que disfarçada, ao presidente da República.

Já o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado, classificou as críticas do ministro Aureliano Chaves como "ponderações que lhe tabiam fazer". Além disso, continuou Chiarelli, "não somos um partido de homologiação, de amém ou obediência. O ministro Aureliano Chaves, em seu último pronunciamento, só afirmou nossa lealdade e solidariedade ao presidente José Sarney".

Louvor

A bancada do PFL, na Câmara, reunida ontem à tarde para examinar anteprojeto de regimento da Constituinte, aprovou voto de louvor ao ministro Aureliano Chaves e decidiu convidar o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, para esclarecer a política econômico-financeira do governo, em data a ser ainda decidida.

Descontentamento

Até ontem a orientação do Palácio do Planalto era não repercutir as declarações do ministro Aureliano Chaves. E mesmo o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, que momentos depois de ouvir a entrevista telefonou a Aureliano alertando sobre a gravidade do fato — mas não conseguiu removê-lo de repetir suas críticas —, preferiu nada comentar.

Já o presidente José Sarney, mesmo sem se referir diretamente ao ministro das Minas e Energia, deu seu primeiro sinal de descontentamento com as críticas ao receber o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). Sarney disse que as soluções para todos os problemas econômicos do País repousam na política, mais precisamente na coesão das forças que integram a Aliança Democrática.

Fernando Henrique também não comentou as acusações de Aureliano, mas disse que "é preciso não esquecer as conquistas sociais do Plano Cruzado", acrescentando que Sarney prometeu que não permitiria que o País volte à recessão nem diminua a qualidade de vida do trabalhador.

Quanto à necessidade de coesão entre os partidos, Sarney lembrou, segundo Fernando Henrique, a situação harmônica da Aliança Democrática quando da implantação do Plano Cruzado. Sarney acredita que se esse espírito se repetir "o governo atravessará a marola".

O deputado Ulysses Guimarães também ressaltou os aspectos positivos do Cruzado e disse ter conversado com Sarney, na noite de anteontem, revelando que ele está "disposto a enfrentar os problemas e confiante em que vai conseguir superar essas dificuldades". Ulysses admitiu desacetar no Plano Cruzado, mas disse também estar "convicto" de que as coisas se acertarão.

SOBERANIA

Um acordo de moderados e xiitas

As consultas, ainda não concluídas, estão revelando boa aceitação à ideia do preâmbulo, reafirmando, teoricamente que a Constituinte é livre e soberana. Na prática, a teoria é outra: a Constituinte não deve mudar a Constituição vigente — atribuição exclusiva do Congresso Nacional.

O PMDB, o PFL, o PL, o PDC e o PTB garantiriam, com sobras apesar de eventuais protestos dos partidos ideológicos, a tese de que a Constituinte é tão soberana que pode, inclusive, limitar seus próprios poderes. Essa limitação seria a de não alterar o texto constitucional em vigor — que seria inteiramente modificado com a promulgação da nova Constituição, tarefa específica da Assembleia Nacional Constituinte.

Atenderia os "xiitas", que já estão admitindo negociar suas propostas de constituinte plenamente livre e soberana. Além disso, tranquilizaria o governo e as Forças Armadas, eliminando o risco de, a cada dia, esperar o plenário discutir e votar resoluções constitucionais, alterando ou suprimindo dispositivos da atual Constituição.

Para a posteridade e para a opinião pública, o preâmbulo do regimento interno seria a demonstração que a Constituinte es-

tá se reunindo com normas, disciplinando seus trabalhos e resguardando sua soberania e liberdade.

Por enquanto está prevalecendo a tese de que os pontos não polêmicos da atual Constituição devem ser alterados e modificados pelo Congresso Nacional. As matérias consideradas polêmicas — papel das

Forças Armadas, por exemplo — seriam da atribuição da própria Assembleia Constituinte definir e decidir, "livre e soberanamente".

Ainda ontem, o único constituinte eleito em 46 — senador Luiz Viana Filho (PMDB-BA) — reafirmou que a Constituinte foi eleita para elaborar a nova Carta Constitucional. "Alterar a Constituição vigente é competência do Congresso Nacional. Os que pensam diferente estão assumindo posição política, sem respaldo jurídico", acentuou.

O ex-presidente da OAB-DF, senador-constituinte Maurício Correa (PDT), acredita que poderá haver acordo, deixando-se questões polêmicas sob responsabilidade da Constituinte, alterando-se as demais que se fizerem necessárias pelo Poder Legislativo. Esta é também, a proposta do senador Mário Covas (PMDB-SP), justificando: "Só assim poderemos, via Congresso, remover mais depressa o que sobrou do entulho autoritário".

As negociações envolveriam, principalmente, a revogação de dispositivos da atual Constituição que dispõem sobre o estado de emergência, as medidas de emergência, a edição de decretos-leis e o restabelecimen-

to das prerrogativas parlamentares e da inviolabilidade do mandato.

Constituintes das mais diversas legendas e ideologias estão de acordo: o trabalho de elaborar a nova Carta não pode ficar condicionado a dispositivos constitucionais "superados pela abertura democrática".

Em contrapartida, a maioria entende que não se pode dar curso à proposta de Maurílio Ferreira Lima ou à emenda de Ademir Andrade (PMDB-PA) — que pretendem abrir caminho às resoluções constitucionais. Essas resoluções permitiriam à Constituinte alterar a Constituição vigente — ou abrir o debate — incluindo até mesmo a antecipação da eleição presidencial direta para o sucessor de Sarney.

O ex-presidente nacional da OAB, deputado-constituinte Bernardo Cabral (PMDB-AM) foi taxativo: alterar a Constituição vigente é atribuição do Congresso Nacional. A Constituinte foi eleita para elaborar uma nova Constituição.

Discordando ou concordando, a bancada constituinte do PDT tem outra proposta: a nova Carta deve ser votada artigo por artigo, e não na sua íntegra, após o exame das comissões.